

# ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

|                   |                                                                                          |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| NOME BENEFICIÁRIO | ADRI MINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho              |
| NIFAP             | v7167544                                                                                 |
| DESIGNAÇÃO        | Vale do Minho 2030                                                                       |
| OPERAÇÃO          | <b>10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL</b> |

## 1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Estratégia de Desenvolvimento Local Vale do Minho 2030 reflete uma abordagem abrangente para todo o território do Vale do Minho, corporizando o trabalho desenvolvido durante 2023, que tem por base a análise SWOT realizada e que reflete a opção pelas áreas que se revelam maiores oportunidades a potenciar e fragilidades a serem corrigidas neste território.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

O Território de Intervenção (adiante designado TI) a que se dirige a EDL “Vale do Minho 2030” coincide com a totalidade do território do Vale do Minho e integra as 89 freguesias dos concelhos de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira. Em 2021, residiam neste território, com 94.987 hectares, cerca de 72.562 habitantes (Censos, 2021).

A paisagem do Vale do Minho é marcada pelo rio Minho e pela serra, prevalecendo a agricultura de pequena dimensão, a floresta e núcleos rurais. Uma parte importante do TI está abrangida pela RFCN, integrando a totalidade da APP do Corno do Bico, uma parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês e 5 ZEC e 2 ZPE da RN2000.

A ocupação urbana é, na sua generalidade, de baixa densidade, excetuando-se alguns aglomerados populacionais de maior dimensão relativa (+3.000 habitantes), como a freguesia de Vila Praia de Âncora (concelho de Caminha), a UF de Mazedo e Cortes, a UF de Monção e Troviscoso (Monção) e a UF de Valença, Cristelo Covo e Arão (Valença).

Relativamente ao TI e no que aos seus limites respeita, importa referir que:

- i. Coincide integralmente com o TI do último período de programação, que foi objeto da abordagem LEADER no Vale do Minho, sendo esta continuidade e coerência relevante para dar resposta aos desafios que enfrenta a ruralidade e dar sequência às dinâmicas criadas e às expectativas geradas;
- ii. Cobre, na íntegra, as 89 freguesias dos 6 concelhos do denominado Vale do Minho, todas elas classificadas como rurais à luz da Lista das Freguesias Rurais de Portugal Continental - PEPAC;
- iii. O TI é contínuo, homogéneo e coerente, na medida em que integra freguesias marcadamente rurais com características comuns que se refletem, nomeadamente, do ponto de vista social e económico, na forte presença de atividades dos setores agrícola, florestal e agroindustrial, na densidade populacional, na variação intercensitária da população, no peso da população agrícola familiar, na superfície agrícola média da exploração, nas atividades económicas dominantes, etc.;
- iv. A população do TI é superior aos 20.000 habitantes e inferior aos 200.000 habitantes;
- v. O TI do GAL Vale do Minho em conjunto com o TI do GAL do Vale do Lima cobrem, integralmente, a NUTS III Alto Minho.

Para além da homogeneidade que caracteriza o TI, no que se refere à coesão social interna, a comunidade partilha uma história e tradições comuns, bem como um sentimento de identidade. Além disso, o território caracteriza-se por uma coerência e uma massa crítica, em termos de recursos humanos, financeiros e económicos, suficientes para viabilizar a concretização e a operacionalização da EDL.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA

A parceria GAL Vale do Minho 2030 reforçou-se em número, passando de 36 para 43 entidades, consolidou a sua representatividade e diversidade bem como os âmbitos local, regional e nacional, cobrindo todos os setores socioeconómicos representativos e relevantes para a concretização da EDL, a saber:

| Setor         | N.º | Setor                   | N.º |
|---------------|-----|-------------------------|-----|
| Agricultura,  | 8   | Turismo                 | 5   |
| Agroalimentar | 2   | Social                  | 6   |
| Ambiente      | 2   | Administração local     | 7   |
| Educação      | 3   | Desenvolvimento local   | 2   |
| Floresta      | 1   | Apoio Empreendedorismo  | 1   |
| Industria     | 5   | Instituições de crédito | 1   |

Destes 43 parceiros, 25,5% são de natureza pública e 74,5% de natureza privada/associativa/cooperativa.

Em comparação com o verificado no anterior período de programação, a parceria regista a entrada de 7 novos parceiros, o que equivale a um alargamento da base institucional de 19,4%. De realçar que a ponderação de parceiros de âmbito local significa 86% da parceria. Acresce que todos os parceiros se integram em sectores que contribuem para a concretização da EDL.

A componente das entidades de natureza privada e/ ou associativa que integram a parceria sai, significativamente, reforçada com a entrada das seguintes entidades: AREA Alto Minho – Agência Regional de Energia; Associação LANDRA; INCUBO - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho; Montes do Laboreiro Lda.; Casa do Povo de Lanhelas (IPSS); GAF - Gabinete de Apoio à Família (IPSS) ; Associação para Partilha Alimentar de Viana do Castelo - Banco Alimentar contra a Fome de Viana do Castelo (ONG); Confraria do Gastrónomos do Minho; Minha Terra - Federação das Associações de Desenvolvimento Local e a CONFAGRI. Desta forma, alarga-se o leque de setores socioeconómicos em relação ao anterior período de programação, sendo de realçar que se trata de entidades ativas em áreas e setores decisivos para enfrentar os desafios do desenvolvimento rural, nomeadamente a tripla transição energética, climática e digital a par da ação social e da cultura.

#### Modelo Organizacional

Na implementação da EDL será dada continuidade ao modelo organizacional adotado no período 2014-2020, que assenta numa parceria informal corporizada pelo GAL Vale do Minho, de que a ADRIMINHO é Entidade Gestora, nos termos do acordo de parceria celebrado. Esta opção, justifica-se, por um lado, pelo CV patenteado pela ADRIMINHO em três décadas ao serviço da gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural, social e cultural que lhe conferem um reconhecimento por parte da comunidade e do tecido institucional. Adicionalmente, a ADRIMINHO possui uma capacidade e recursos técnicos que lhe são reconhecidos para dar resposta ao exigente desafio organizativo. Resumidamente, apresenta-se a descrição funcional dos órgãos da Parceria responsáveis pela implementação da EDL Vale do Minho 2030:

- **Assembleia de Parceiros (AP):** é o órgão plenário da Parceria que congrega todos os parceiros e por isso constitui uma plataforma fundamental de divulgação e animação da parceria e do TI, detendo como funções principais participar na construção da EDL, assegurar a monitorização da sua execução, propondo ajustamentos e recomendações que se mostrem oportunos;
- **Órgão de Gestão (OG):** a sua composição tem em consideração a representatividade setorial e territorial da parceria. Assim, o setor privado tem a maioria dos votos e o seu funcionamento é regulamentado de acordo com as orientações das respetivas autoridades de gestão. Tem como principais competências: (i) garantir a dinamização e gestão da EDL; (ii) Assegurar a participação dos parceiros na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL; (iii) Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias; (iv) Aprovar os documentos referentes aos procedimentos, regulamentos específicos e orientações técnicas; (v) Aprovar os avisos de abertura de concursos; (vi) Definir os critérios de seleção das candidaturas; (vii) Superintender na gestão técnica, administrativa

e financeira do orçamento; (viii) Decidir sobre as candidaturas e pedidos de pagamento, garantido a segregação de funções, (ix) Aprovar os relatórios de execução anual e final da EDL;

- **Coordenador da Equipa Técnica Local:** a principal função consiste em coadjuvar o OG, designadamente: (i) preparar e participar nas reuniões da AP e da OG; (ii) Garantir o desenvolvimento de atividades inerentes à gestão técnica e operacional; (iii) Garantir cumprimento de procedimentos técnico-administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo candidaturas; (iv) Assegurar o princípio da segregação de funções ao nível da análise e acompanhamento e controlo; (v) Validar os pareceres técnicos e submeter ao OG; (vi) Garantir o cumprimento das atividades de cooperação e animação do território; (vii) Coordenada a Equipa Técnica que, não se tratando estritamente de um órgão, assume um grande relevância em todas as áreas de atuação do GAL, cumprindo-lhe apoiar tecnicamente: a animação e divulgação da EDL, nomeadamente, através da interação com os potenciais promotores de projetos; assegurar a tramitação dos avisos e da análise das candidaturas, bem como o seu acompanhamento e controlo; garantir a componente administrativa e financeira e o respetivo reporte; avaliar e monitorizar a execução da EDL.

- **Comissão de Acompanhamento (CA):** Integra, fundamentalmente, entidades e agentes de âmbito supramunicipal e regional que, pela sua importância e relevância nas áreas de intervenção, estão dispostas a acompanhar, de forma transversal, a execução da EDL, efetuar recomendações e sugestões, constituindo-se como um espaço de reflexão sobre as dinâmicas e a articulação das estratégias que incidem no desenvolvimento do território.

- **Núcleos Locais Concelhios (NLC):** plataformas de âmbito concelhio em que participam parceiros locais, tendo como objetivo assegurar proximidade às comunidades locais, garantindo a articulação da EDL com intervenções de nível local, contribuir para a divulgação e animação do território bem como propor ao OG soluções para dificuldades sentidas no terreno.

#### 4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

##### População

O TI caracteriza-se por um povoamento em aglomerados urbanos ao longo da envolvente do rio, concentrando-se em pequenos núcleos urbanos e dispersando-se nas áreas rurais e de montanha. O Vale do Minho tem uma posição geográfica de fronteira que favorece os movimentos e as trocas de pessoas e bens, mas que, paradoxalmente, não tem contribuído para uma maior atratividade de novos residentes.

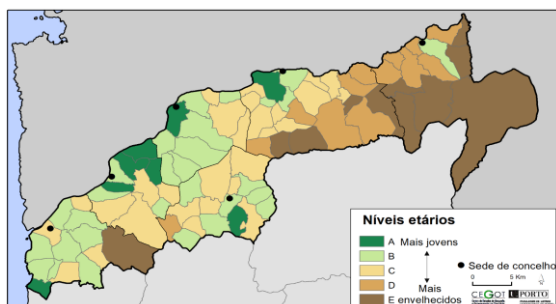
As tendências demográficas são uma das principais ameaças para o TI, que se refletem nos níveis de envelhecimento e nas perdas populacionais, uma vez que a estabilidade demográfica e a capacidade de renovação das gerações são fatores determinantes em matéria de desenvolvimento. As dinâmicas demográficas distinguem-se em termos territoriais, com as áreas urbanas a mostrarem-se mais atrativas e com maior capacidade de reter a sua população e os territórios mais rurais e periféricos a mostrar maior vulnerabilidade - perdem população e envelhecem mais.

Entre 2011 e 2021, os níveis de regressão populacional são significativos, pois este território perde 6,6% da sua população residente (cerca de 72 mil residentes em 2021). As perdas são muito significativas junto dos grupos etários mais jovens (0-24 anos, -17,1%) e nos jovens-adultos (25-44 anos, -20%). Os grupos etários entre os 45-64 anos já começaram a perder (-2,7%) evidenciando os elevados níveis de envelhecimento. O ganho de população idosa (+10,4%, nos 65 ou mais anos) é significativo e generalizado pelo território. Face a este cenário, a população adulta e idosa ganha expressividade em todo o território: cerca de 60% da população tem mais de 45 anos (em 2011 era 53,7%). A regressão populacional é particularmente forte em Melgaço (-15,6%), que regista perdas em todos os grupos etários. Mas, os valores são também negativos, por exemplo, em Paredes de Coura (-6,2%) e em Caminha (-5,3%).

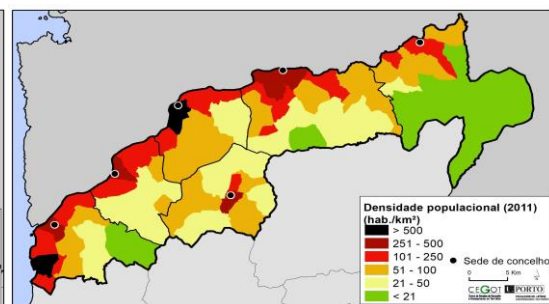
Simultaneamente, regista-se uma progressiva diminuição dos agregados familiares e um aumento das famílias unipessoais, sobretudo idosos a residirem sozinhos (49,7%), que reforçam os níveis de fragilidade social e podem comprometer a coesão social.

O reforço dos níveis de qualificação e escolaridade da população é fator determinante em matéria de desenvolvimento. Entre 2011 e 2021, houve um aumento significativo da população com ensino superior (de 8,2% para 12,9%). Mas a segmentação socio territorial expressa-se duplamente, evidenciando as áreas urbanas com estruturas etárias mais equilibradas e com melhores níveis de escolaridade, enquanto os territórios rurais mostram-se mais envelhecidos e menos qualificados.

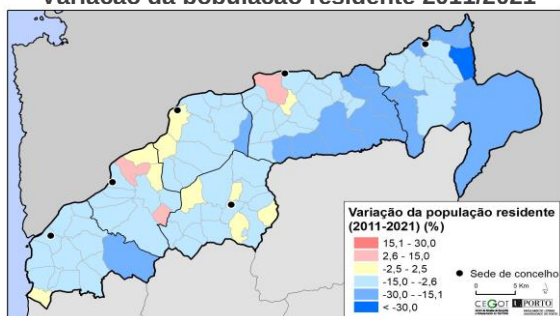
Perfis territoriais da população residente por níveis etários. 2021



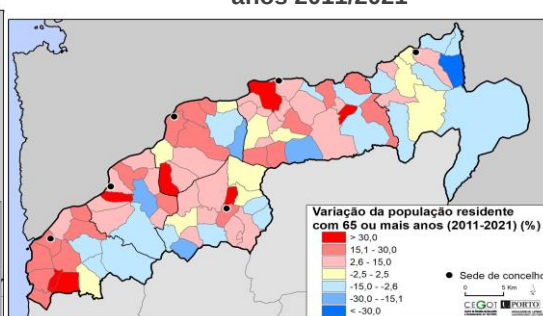
Densidade populacional, 2021



Variação da população residente 2011/2021



Variação da população residente com 65 ou mais anos 2011/2021



Fonte dos dados: INE, Censos (2021)

## Economia e Emprego

O TI é marcadamente rural, apesar do peso significativo da indústria e dos serviços. Em termos de emprego (2021), as indústrias transformadoras representavam 24,4%, o terciário económico 31,9% (inclui comércio, restauração, armazenagem e outros serviços), o terciário social 33,2% (educação, saúde, apoio social), a construção 6,3% e o setor primário 2,7%.

Territorialmente, evidencia-se uma segmentação espacial. A indústria transformadora concentra-se nos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção, aproveitando as acessibilidades mais favoráveis e a maior disponibilidade de espaços de acolhimento empresarial. O setor primário evidencia-se nos concelhos com características mais rurais, sobretudo em Melgaço, Monção e Paredes de Coura. As atividades terciárias concentram-se nos principais centros urbanos de todos os municípios, com exceção de Valença e Paredes de Coura.

A economia local exporta bens ligados à produção da indústria alimentar e das bebidas, do reino animal e vegetal e da indústria dos transportes e dos moldes, plásticos ou borracha.

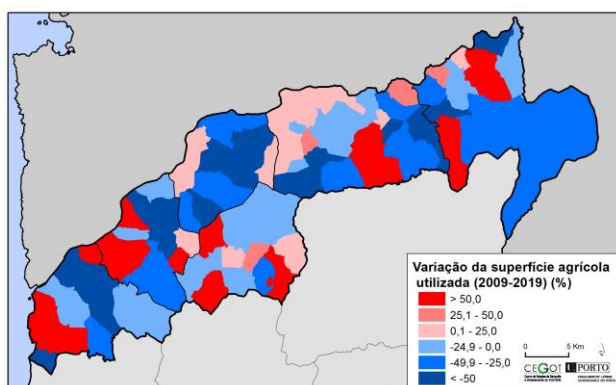
Segundo os recenseamentos agrícolas, entre 2009 e 2019, o número de explorações, a SAU e os produtores singulares diminuíram significativamente (cerca de 20%). A atividade agrícola no Vale do Minho é impulsionada sobretudo por uma população residente, pluriactiva, que desenvolve a agricultura a tempo parcial, obtendo daí rendimentos para equilibrar o seu nível de vida. Em Melgaço, Monção e Paredes de Coura, por cada 100 habitantes cerca de 25 exercem atividade agrícola. A idade média dos produtores singulares é alta (58,5 anos) e os níveis de escolaridade baixos (12,5% sem escolaridade e 72% só com o ensino básico).

A agricultura está essencialmente ligada à atividade vitivinícola (produção e engarrafamento), à criação de bovinos de raça barrosã e gado caprino, e à produção de leite nas zonas de montanha. A pesca possui alguma importância sociocultural, particularmente a pesca de lampreia, salmão e sável, apesar de as capturas terem decrescido nas últimas décadas.

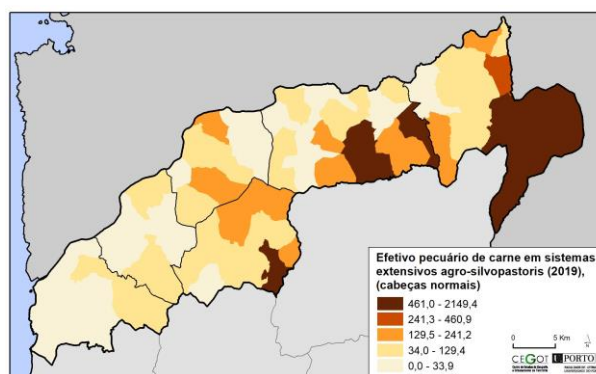
A valorização da atividade agrícola tem vindo a ser encarada como uma oportunidade em matéria de desenvolvimento local, ao nível da produção de vinhos verdes, em particular do Alvarinho em Monção e Melgaço, e na produção de produtos de carne associados às raças autóctones (carne de bovino da raça Cachena e de porco da raça bísara), destacando-se um conjunto de produtos endógenos certificados ou em vias de certificação (IGP Cabrito das Terras Altas do Minho, DOP Carne Barrosã, IGP Chouriço, Presunto e Salpicão de Melgaço, DOP Vinhos Verdes, Carne Minhota, Peixe/Mariscos, Mel e Plantas Aromáticas e Medicinais). A promoção e a inovação em matéria de enogastronomia têm dado um importante contributo para a afirmação externa do Vale do Minho e para ativar a economia local.

No Vale do Minho, em 2019 a **Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** corresponde a mais de 26 mil hectares. Melgaço é o concelho com maior SAU (superior a 10 mil hectares). Entre 2009 e 2019, a SAU diminuiu em praticamente todos os concelhos. As perdas foram sobretudo significativas em Valença (-48%) e Melgaço (-33%).

**Variação da SAL (%), 2009-2019**



**Efetivo pecuário de carne, em sistemas extensivos agro-silvopastoris (cabeças normais), 2019**



Fonte dos dados: Recenseamento Agrícola (2019)

A grande incidência de atividade no setor agrícola, fortemente enraizada em todo o tecido territorial, revela-se uma atividade fundamental à manutenção da identidade local, quer ao nível da preservação da paisagem, quer da defesa dos valores ambientais e de coesão social.

A vinha prevalece nas culturas permanentes. Em 2019, ocupava 2647ha (88,8% da SAU), tendo aumentado muito a sua ocupação entre 2009 e 2019 (+485ha, +23%). Reforçou a sua especialização regional, dominando as paisagens dos concelhos de Monção e Melgaço. Trata-se sobretudo de vinha destinada à produção de vinhos com DOP (Alvarinho).

Com expressão na SAU, temos os frutos de casca rija que em 2019 ocupavam 149ha (5% da SAU) e frutos frescos, citrinos e subtropicais (sobretudo kiwis) com cerca de 141ha (4,7% da SAU). Os castanheiros expandiram-se consideravelmente (de 12ha passaram para 137ha), sobretudo em Vila Nova de Cerveira, e com menor expressão em Caminha. Os kiwis perderam expressão regional em termos de ocupação de SAU, mas continuam a ser expressivos no concelho de Valença.

### **Recursos naturais e culturais**

A biodiversidade e as características paisagísticas deste território explicam a criação de diferentes áreas protegidas (AP) e classificadas situadas total ou parcialmente no Vale do Minho. A sua paisagem singular reflete a diversidade de recursos naturais e culturais:

- O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) foi a primeira AP criada em Portugal e é a única com o estatuto de Parque Nacional, reconhecido internacionalmente pela UICN.
- A Paisagem Protegida de Corno de Bico (PPCB), constitui um pequeno “santuário” natural situado no concelho de Paredes de Coura, abrange 5 freguesias e ocupa cerca de 2180 hectares (ICNF, 2014). A gestão está confiada ao Município de Paredes de Coura.
- A Mata Nacional do Camarido (MNC) com 146ha e a Mata Nacional da Gelfa (MNG) com 51ha, encontram-se sob gestão direta do ICNF. A mata do Pinhal da Gelfa, localizada entre a foz do rio Âncora e o Forte do Cão, desenvolve-se em paralelo à EN 13 e resulta do processo de transporte de sedimentos fluviais e marinhos, à semelhança do Pinhal do Camarido.

- O rio Minho nasce na serra de Meira em Espanha, a uma altitude de 750 metros, e desagua no Oceano Atlântico, frente a Caminha e La Guardia, após um percurso de 300km (230 em Espanha), servindo 70km de fronteira entre os dois países, é um recurso natural quer do ponto de vista natural e ambiental quer económico (pesca comercial/desportiva e atividades náuticas). É um traço da história do TI, unindo as regiões do Minho e Galiza (PGRHML, 2012).

- As orientações de gestão e ordenamento do território vão no sentido de promover a recuperação do cordão dunar litoral, condicionando a expansão urbano-turística e a implantação de infraestruturas, ordenando as atividades de recreio e lazer e a acessibilidade às praias (PSRN2000, INCF, 2014). Refira-se que neste cordão surgem 5 importantes praias de Bandeira Azul (Praia de Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Forte do Cão).

- As Brandas e Inverneiras são um complexo ecossistema seminatural, composto por prados de feno, pequenas hortas (logradouros) e alguns bosquetes de carvalho. Este ecossistema de montanha surge duma estratégia de povoamento do Vale do Minho, caracterizado por uma sazonalidade na ocupação humana, de vales e cabeceiras de montanha ao longo do ano.

A paisagem do TI é, em grande parte, composta por floresta, sobretudo nos concelhos de Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Monção (+50% da área total de cada concelho). Tendo uma área florestal extensa, é imperativo a valorização destes recursos naturais e a manutenção da identidade local, preservando a paisagem e promovendo a defesa dos valores ambientais.

A paisagem florestal tem-se alterado significativamente. Segundo a COS, entre 1995 e 2018, houve uma perda significativa de área das florestas resinosas (-11.594ha, -239%) e um crescimento das florestas de eucalipto (+4.238ha, 31,8%) e de castanheiro e outras folhosas (+1.654ha, 56,8%).

A grande incidência das atividades no setor agroflorestal, fortemente enraizadas em todo o território, revela-se fundamental à valorização do sistema natural, à manutenção da identidade local, quer ao nível da preservação da paisagem, quer da defesa dos valores ambientais e da coesão social. Cerca de 22.405ha são ZIF (23,6% do território). Contudo, a extensa presença de espaço florestal aumenta a suscetibilidade ao risco de incêndio (75,7% do território é vulnerável). Melgaço (94,9%) e Paredes de Coura (84,9%) apresentam as situações de maior fragilidade.

No âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), onde se enquadram as estratégias para os territórios florestais vulneráveis com elevada perigosidade de incêndio, estão previstos no Vale do Minho dois Programas de Reordenamento e Gestão de Paisagem (PRGP): no Entre o Minho e Lima e nas Serras da Peneda-Gerês.

Em termos de atividade turística, evidenciam-se boas características locais (património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico) para o desenvolvimento do turismo rural e de natureza/ aventura. Pode-se usufruir de centros históricos, em bom estado de conservação, alguns inseridos em fortificações. Os municípios organizam ou apoiam uma oferta de eventos culturais de âmbito internacional (ex. Bienal de Cerveira, Festival de Paredes de Coura e Vilar de Mouros). A procura pode também usufruir de recursos variados e iniciativas consolidadas de animação e lazer, nomeadamente, desportos aquáticos e de montanha, percursos de natureza, rotas temáticas, entre outros. Existem também na região recursos termais a potenciar.

A oferta hoteleira tem ainda margem para crescimento, dado que a capacidade dos alojamentos turísticos é ainda relativamente baixa em alguns municípios (ex. Melgaço e Paredes de Coura), mas também é necessário procurar conseguir níveis de permanência dos visitantes mais altos, pois atualmente o TI é ainda encarado como um território de passagem, onde as estadias são curtas (1,5 a 2 dias, enquanto Portugal regista 2,6). Nas atividades de apoio ao turismo, como a restauração e o alojamento, existe alguma capacidade de oferta com qualidade. Todavia, a dinâmica dos últimos anos é bastante positiva e promissora. Entre 2011 e 2021, as dormidas em alojamentos turísticos aumentaram 160%, passando de cerca de 92 mil para 239 mil. Este crescimento, reflete o aumento das dormidas de hóspedes nacionais (+175%) e internacionais (+114%). Esta dinâmica determinou o reforço da taxa de dormidas de hóspedes nacionais (passa de 75,5% para 79,9%), refletindo a atratividade das áreas rurais particularmente no turismo interno.

A sazonalidade da procura turística tem um impacto negativo no desenvolvimento do turismo no TI.

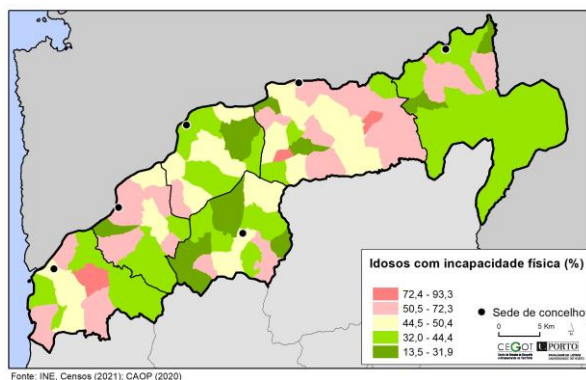
A evolução dos proveitos entre 2017 e 2022 reflete, primeiro, uma evolução genericamente positiva entre 2017 e 2019, seguida de uma quebra muito pronunciada em 2020, refletindo os impactos no setor do turismo da pandemia da COVID-19. Depois, entre 2020 e 2022, os proveitos aumentaram de forma muito significativa, ultrapassando ou igualizando os valores de 2019.

### Produção, infraestruturas e serviços básicos

Os níveis de envelhecimento demográfico evidenciam a necessidade de equacionar uma intervenção dirigida ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas mais idosas. No Vale do Minho, em 2021, revelam-se situações de grande vulnerabilidade social associada ao envelhecimento da população, quer pelos elevados níveis de isolamento e dificuldade de acesso a serviços básicos, quer pela própria condição dos indivíduos: 11.286 idosos residem sós (49,7%); 10.674 idosos têm incapacidades físicas (47%); 859 idosos têm incapacidades mentais (12,6%)

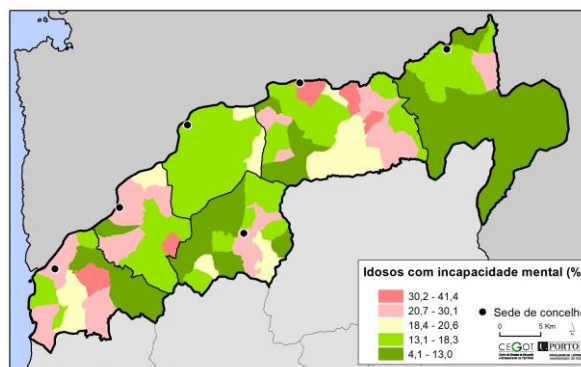
Esta é uma tendência em crescimento ao longo dos últimos anos e com perspetivas de piorar face ao acentuado envelhecimento demográfico. A taxa de cobertura das principais respostas sociais para idosos é insuficiente, sobretudo nos concelhos de Monção e Valença. A boa acessibilidade aos cuidados de saúde primários ainda não é uma garantia para toda a população residente, nomeadamente para os mais idosos.

**Idosos com incapacidades físicas no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021**



Fonte: INE, Censos (2021); CAOP (2020)

**Idosos com incapacidades mentais no total de população com 65 ou mais anos (%), 2021**



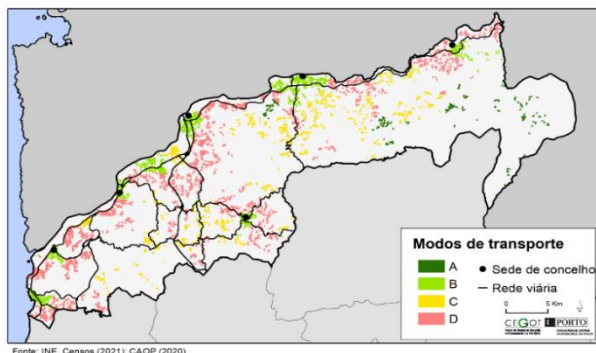
Fonte: INE, Censos (2021); CAOP (2020)

Fonte dos dados: INE, Censos (2021).

No que respeita à mobilidade, a população residente, nos seus movimentos pendulares de casa para o trabalho ou para a escola, usa predominantemente o automóvel (74,2%). Os modos suaves (a pé e bicicleta) e os transportes coletivos têm uma fraca expressão (respetivamente, 14,9% e 10,9%).

Estes números revelam a forte dependência da população relativamente ao automóvel. No entanto, mesmo considerando essa forte dependência, existem em termos territoriais várias realidades, para as quais devem ser equacionadas respostas diferenciadas.

### Perfis territoriais dos modos de deslocação dos movimentos pendulares casa-trabalho e casa-escola, 2021



Fonte: INE, Censos (2021); CAOP (2020)

| Modos de transportes    | A   | B   | C   | D   |
|-------------------------|-----|-----|-----|-----|
| Suaves (pé e bicicleta) | 7,8 | 4,4 | 9,2 | 8,1 |
| Transporte coletivo     | 8,9 | 6,6 | 0,0 | 1,6 |
| Automóvel               | 3,3 | 9,0 | 0,8 | 0,3 |

Fonte dos dados: INE, Censos (2021).

| Modos de transportes    | A    | B    | C    | D    |
|-------------------------|------|------|------|------|
| Suaves (pé e bicicleta) | 27,8 | 24,4 | 9,2  | 8,1  |
| Transporte coletivo     | 18,9 | 6,6  | 20,0 | 11,6 |
| Automóvel               | 53,3 | 69,0 | 70,8 | 80,3 |

## Sustentabilidade e Clima

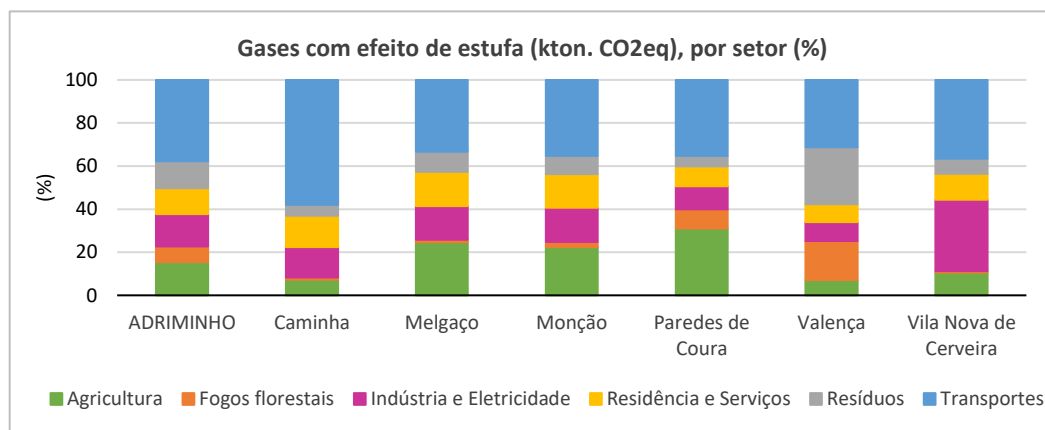
No TI, o macrobioclima varia entre o temperado e o mediterrâneo e as características ombrotérmicas entre húmidas e hiper-húmidas. Em face destas características, registam-se algumas oscilações anuais no que respeita à temperatura média do ar, e os registos mais recentes dão conta de uma tendência gradual de aumento da temperatura média (em cerca de 1°C), quando os valores médios rondam os 14°C e os 16°C. Os valores de temperatura mínima e máxima do ar têm mostrado uma tendência para aumentar ao longo dos últimos anos. Os aumentos são mais significativos na temperatura mínima. Nestes territórios, de acordo com os registos de temperatura mais recentes, a temperatura mínima ronda os 10°C e a temperatura máxima situa-se, em média, nos 20°C. Em 2021, apenas a Região Hidrográfica do Minho e Lima permanecia sem escassez de água, enquanto o resto do país registava índices elevados ou extremos de escassez.

As alterações climáticas têm impactos negativos em termos sociais e económicos, especialmente para a agricultura e floresta, com riscos crescentes em matéria de destruição de produções e aumento da intensidade dos incêndios florestais. O fogo e a ausência de intervenção no restabelecimento do potencial produtivo das áreas afetadas promovem o abandono e fragilizam os ecossistemas. Assim, os incêndios são uma grande ameaça aos recursos naturais existentes.

A diminuição da emissão de gases poluentes é uma das principais preocupações quando se reflete as questões relacionadas com a sustentabilidade e alterações climáticas. A nível nacional, os valores registados neste território são baixos. Mesmo assim, os municípios têm preconizado algumas ações tendo vista a redução de emissão de poluentes, havendo, no entanto, ainda um longo caminho a percorrer. Entre 2015 e 2019, os gases com efeito de estufa (GEE) permaneceram no topo das emissões (mais de 250 kton, em 2019), com um aumento de cerca de 60%. Os transportes (95 kton, 38%), a agricultura (39 kton, 15%) e a indústria e eletricidade (38 kton, 15%) são os setores mais emissores de GEE. Embora com ligeira diminuição face a 2015, as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes são também significativamente altas.

As alterações registadas, nas últimas décadas, em termos de artificialização do solo e distribuição do edificado têm também implicações em termos de desempenho ao nível da sustentabilidade destes territórios. Entre 1995 e 2018, os territórios artificializados aumentaram 23,8%, assim como a floresta aumentou 4,6%, enquanto as áreas de pastagem e os territórios naturais (agricultura, pastagens, matos e espaços descobertos ou com pouca vegetação) perdem expressão em praticamente todos os municípios. Com exceção de Valença, regista-se em geral um aumento da área florestal, que continua a representar uma presença muito significativa na paisagem do Vale do Minho (43,8%). A dispersão do povoamento tem contribuído para o abandono do edificado mais antigo e em pior estado de conservação.

Relativamente aos resíduos, estes são enviados para aterro (+80%) e a reciclagem de resíduos, embora esteja a registar ligeiros aumentos, continua a representar um peso muito baixo. No TI, a gestão de resíduos representa a maior fatia das despesas dos municípios em termos de gestão e proteção do ambiente.



Fonte dos dados: APA, Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (INERPA).

## Transição energética e digital

No que à transição energética respeita, o TI apresenta ainda uma situação de elevado e crescente consumo de energia elétrica e de forte dependência de combustíveis fósseis, embora este seja um território de considerável potencial no que respeita ao aproveitamento das suas condições naturais para produção, armazenamento e utilização de energia renovável.

Em 2021, o consumo de energia elétrica no TI é em grande medida representado pelo consumo doméstico, mas também pelas atividades industriais (p.e., na fabricação de veículos automóveis, em Vila Nova de Cerveira ou na fabricação de produtos minerais não metálicos, em Monção). O setor agrícola tem também algum peso no consumo de energia elétrica em Vila Nova de Cerveira e Valença. Os valores provisórios de 2021 indicam que o consumo total de energia elétrica é alto (varia entre os 6751,2 kWh/hab., em Vila Nova de Cerveira e os 2 818,7 kWh/hab., em Melgaço).

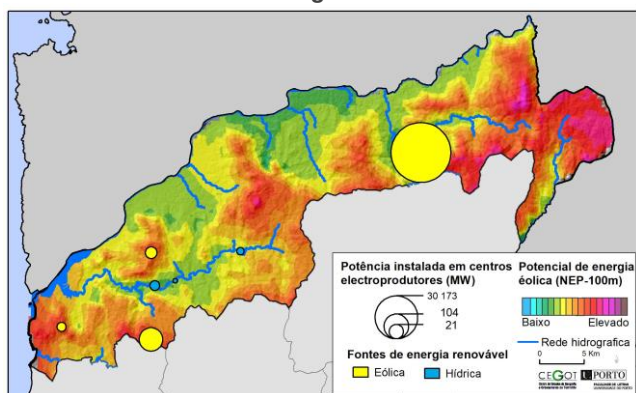
Na energia eólica existe uma grande proporção do território dotado de características que lhe conferem um potencial elevado de produção, mas ainda subaproveitado. Monção tem um centro electroprodutor de energia eólica, que pela potência instalada se destaca no contexto regional. Caminha e Vila Nova de Cerveira também têm instalações de produção de energia eólica. No Vale do Minho identificam-se várias áreas com menor sensibilidade ambiental e patrimonial, propícias para localizar unidades de produção de eletricidade renovável que poderão ainda ser potenciadas. Em paralelo, é ainda necessário aumentar a capacidade regional de armazenamento de energia e promover o reforço das redes de distribuição de eletricidade.

Na tentativa de contrariar a dependência de combustíveis fósseis tem sido impulsionada a alteração de comportamentos de mobilidade, sobretudo em favorecimento de modos suaves e de veículos elétricos. Por todo o TI têm surgido vários postos de carregamento elétricos, mas sobretudo concentrados nos centros urbanos.

Os baixos níveis de eficiência energética dos edifícios habitacionais são também uma problemática, não só em termos de ineficácia dos territórios no que respeita à transição energética, mas também às insuficientes condições de conformo térmico de um grande n.º de residentes.

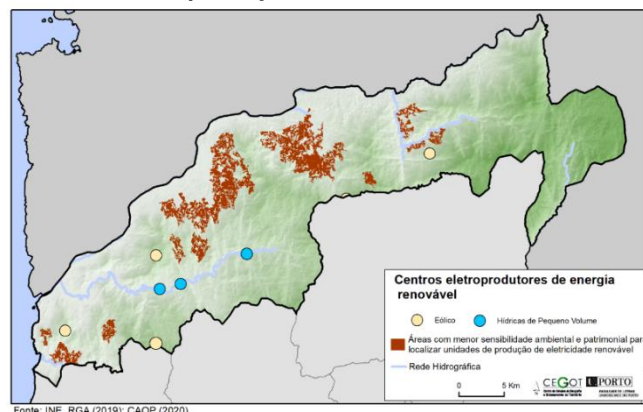
Por outro lado, a transição digital é também uma prioridade para o TI. Nos últimos anos, têm sido reforçadas as redes digitais, designadamente tendo em vista a melhoria e alargamento dos acessos à internet e a redes mais sofisticadas. Os números do acesso à internet, que têm vindo a aumentar gradualmente em todos os municípios do TI e nas taxas de cobertura dos serviços de internet de banda larga, mas também na disponibilização de serviços de dados com tecnologia 4G e 5G. Ainda assim, o TI precisa ainda de reforçar as redes e melhorar o acesso a ferramentas digitais, não só no que respeita às residências, mas também nos restantes setores sociais e económicos, designadamente no setor agrícola.

Centros electroprodutores de energia renovável e potencial de energia eólica



Fonte dos dados: e2p (2022); LNEG (2022).

Centros electroprodutores de energia renovável e áreas com menor sensibilidade ambiental e patrimonial para localizar unidades de produção de eletricidade renovável



Fonte: INE, RGA (2019); CAOP (2020)

## **Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil**

A boa governança eficaz e eficiente é um fator essencial para o sucesso da implementação da EDL. Contudo, aquela não é um fim em si própria, mas antes um instrumento e um processo que agrega atores, formais e informais, dos setores público e privado, organizados e comprometidos que interagem para cocriar e realizar uma estratégia.

Assim encarada, a boa governança pressupõe algumas dimensões fundamentais que estão presentes nesta proposta de intervenção e, consequentemente, no TI que se traduzem na existência de: (i) uma estratégia, compreendendo uma visão, desafios e objetivos de desenvolvimento claramente identificados para o território, assumidos e partilhados pelos atores locais; (ii) Uma parceria constituída por um grupo de atores relevantes, institucionais e empresariais, comprometido com os objetivos e com capacidade para garantir a sua prossecução e realização; (iii) Capacidade institucional e organizativa, interna e externa, designadamente para: garantir os recursos financeiros necessários; assegurar a informação e a capacidade técnica essenciais; legitimar e a tomada de decisões, introduzir ajustamentos e para prosseguir os objetivos; cooperar com outros espaços territoriais e institucionais, garantindo a conectividade do território; (iv) deter experiência colaborativa na execução de estratégias e dos projetos que a corporizam.

A inovação social, por seu turno, constitui também um instrumento fundamental para experimentar soluções para problemas que se colocam às sociedades atuais, designadamente às comunidades rurais. O TI, inserido na NUTS III Alto Minho, tem procurado respostas inovadoras para os problemas muitas vezes carecem de soluções mais ajustadas, informais, obtendo resultados mais adaptados ao contexto rural. O caráter inovador é inerente à execução da ação social no território e nas mais diversas áreas de atuação, ocorrendo quando é gerada uma nova resposta a um problema social, diferenciada das convencionais, que promove a autonomia e gera um impacto social positivo, com utilização eficiente de recursos. A Parceria que constitui o GAL bem como todo o Alto Minho têm vindo a implementar de novas respostas, serviços, práticas e modelos, que simultaneamente atendem às necessidades sociais e geram novas relações ou colaborações entre entidades públicas, sociedade civil ou organizações privadas, beneficiando a sociedade e potenciando a sua capacidade de atuação. O próprio GAL constitui uma emanção da sociedade civil organizada através do seu tecido institucional que se encontra adequadamente representado na parceria. Todavia, a participação dos cidadãos na construção das estratégias bem como o seu envolvimento nos processos de decisão e de execução constitui um objetivo a prosseguir na medida em que contribui para o seu sucesso e apropriação por parte da comunidade. No âmbito da preparação desta EDL a comunidade e população em geral residente e/ou a exercer funções no TI foi chamada a pronunciar-se, por diversas formas e instrumentos, designadamente através da resposta ao inquérito por questionário online que foi objeto de grande difusão, designadamente através das redes sociais e via eletrónica (email).

## **5. IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS A QUE A PARCERIA PRETENDE DAR RESPOSTA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL**

De acordo com a abordagem adotada, a proposta de EDL Vale do Minho 2030 assenta no diagnóstico e análise SWOT que foram objeto de análise e de confrontação nos diferentes momentos de discussão e cocriação organizados e que contaram com a participação ativa dos parceiros. A EDL apresenta 3 níveis de definição estratégica consubstanciados nas seguintes componentes: i) na **Visão** que expressa as aspirações das comunidades rurais no horizonte temporal 2030; ii) nos **Desafios/Enfoques** que se colocam ao TI e como este se propõe enfrentá-los; iii) nos **Objetivos Estratégicos** que corporizam a proposta de atuação e que permitem concretizar a EDL, garantindo o alinhamento e a coerência com as estratégias regionais e sub-regionais. A definição da EDL procurou incorporar as principais aspirações dos agentes locais e regionais, no sentido de incentivar e alavancar uma ação conjunta que se revela vital para a sua concretização e legitimação. Detalham-se de seguida todas as componentes da EDL.

## Visão

“Em 2030, o território rural do Vale do Minho oferece oportunidades que atraem e fixam as novas gerações que aqui residem e desenvolvem atividades, designadamente agrícolas e florestais, geradoras de valor económico, ambientalmente sustentáveis, assentes nos recursos endógenos, proporcionando a toda a comunidade níveis de qualidade de vida adequados.”

### Desafios da Macro Estratégia e áreas de intervenção

A EDL Vale do Minho 2030 pretende dar resposta a um conjunto de desafios com que o TI está confrontado e que importa superar, identificados através do trabalho de auscultação das comunidades locais levado a cabo pela ADRIMINHO enquanto entidade gestora do GAL, em consonância com o exercício de diagnóstico e de construção da análise SWOT. São estes:

- O combate à desertificação e aos problemas demográficos que caracterizam a grande maioria das comunidades rurais e este TI em particular, procurando atrair e fixar as novas gerações;
- O envelhecimento da população e o acesso aos serviços de interesse geral de qualidade por parte das comunidades rurais;
- A promoção do trabalho em rede e das dinâmicas de cooperação entre as empresas do setor privado, com vista a obterem os benefícios subjacentes às economias de escala e melhorarem a sua competitividade;
- A promoção, o apoio e a atração de investimento tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável assente no aproveitamento económico, ambiental e social dos recursos endógenos e dos produtos locais;
- O empreendedorismo que promova a inovação de processos e o desenvolvimento de novos produtos e serviços de valor acrescentado para as economias locais e com elevado potencial de crescimento;
- A promoção da igualdade de género tendo em vista o aumento da participação das mulheres em todas as linhas de intervenção do setor agrícola e florestal;
- O estímulo à sustentabilidade ambiental das empresas, com especial enfoque na componente da eficiência energética, ambiental e do combate às alterações climáticas;
- O aumento da qualidade de vida das comunidades rurais apostando, entre outros, na melhoria da eficiência energética das construções e num melhor acesso a serviços e infraestruturas;
- Apoio à transição digital das empresas, especialmente do setor agrícola e florestal, com base na diversificação de meios, aposta na capacitação tecnológica e especialização profissional dos recursos humanos;
- O fomento da inclusão, da literacia digital e do desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da cidadania e ao envolvimento ativo das comunidades locais na definição e implementação das políticas de desenvolvimento do TI;
- A afirmação da cultura e a identidade das comunidades rurais como aspeto diferenciador.

A parceria GAL Vale do Minho 2030 pretende dar resposta a este conjunto de desafios do TI consubstanciados nos seguintes enfoques temáticos e respetivos objetivos estratégicos:

| ENFOQUE                                                                           | OBJETIVO ESTRATÉGICO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| #1-<br>Desenvolvimento da agricultura, floresta e da produção animal sustentáveis | 1.1-Tornar a agricultura atrativa, nomeadamente para as novas gerações, apoiando o investimento que torne as explorações mais sustentáveis e eficientes;<br>1.2-Transformar a floresta num recurso capaz de gerar valor económico, ambiental e social para a comunidade;<br>1.3-Apoiar dinâmicas de cooperação empresarial, enquanto instrumentos ao serviço da competitividade e sustentabilidade;<br>1.4-Incentivar a inovação tecnológica com vista à rentabilidade e sustentabilidade ambiental. |

|                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| #2-Bio economia Circular (Plano Desenvolvimento produções locais e sistemas agroalimentares) | 2.1-Valorizar e promover os produtos locais, designadamente através da sua certificação e das cadeias curtas de abastecimento;<br>2.2-Desenvolver sistemas de alimentação e nutrição resilientes, funcionais, seguros, sustentáveis e circulares;<br>2.3-Estimular a produção e a utilização de bioenergia e biocombustíveis;<br>2.4-Contribuir para a aposta na Investigação, inovação e economia circular, no apoio ao desenvolvimento de produtos inovadores adaptados às especificidades das produções locais.                |
| #3-Turismo, enogastronomia, artesanato e comércio local                                      | 3.1-Estruturar e qualificar a oferta turística privada em redes de produtos (ex. rotas e roteiros turísticos: rotas de vinhos e produtos locais, Caminhos de Santiago, etc.);<br>3.2-Valorizar, de forma sustentável, os recursos turísticos naturais e culturais, com particular foco no binómio água (Bacia do Minho) e áreas protegidas;<br>3.3-Integrar o comércio e o artesanato na experiência da visita turística ao Vale do Minho.                                                                                        |
| #4-Qualidade de vida nas comunidades rurais (Planos Aldeias do Alto Minho)                   | 4.1-Reabilitar o edificado, tornando-o mais sustentável e disponível para novas vocações;<br>4.2-Promover a conectividade, mobilidade e digitalização da comunidade através de soluções inteligentes;<br>4.3-Valorizar o património cultural e estimular a arte e as práticas culturais;<br>4.4-Atrair e fixar novos residentes e promover a sua integração, aproveitando as tendências do trabalho;<br>4.5-Favorecer o envolvimento da comunidade na procura de ferramentas e soluções inovadoras para os desafios do dia a dia. |

No contexto da NUTS III Alto Minho, o processo de preparação e construção das EDL do Vale do Minho e do Vale do Lima beneficiam de uma cooperação histórica que tem vindo a ser aprofundada entre os dois GAL. Neste contexto, as duas EDL preveem, atentas às características e vocações partilhadas por ambos os TI cuja área de abrangência cobre todo o território do Alto Minho: Plano de Desenvolvimento das Produções Locais e Sistemas Agroalimentares, cuja coordenação será assegurada pelo GAL do Vale do Minho; Plano Aldeias do Alto Minho – Aldeias de Tradição de Nova Geração, cuja coordenação competirá ao GAL do Vale do Lima. Respeitando integralmente a individualidade de cada EDL e de cada GAL, estas são duas áreas de intervenção fundamentais para o Alto Minho, cuja abordagem conjunta se considera pertinente e justificada a todos os títulos.

## **6. IDENTIFICAÇÃO DAS REUNIÕES, EVENTOS E OUTROS MOMENTOS DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS, TENDO EM VISTA A ELABORAÇÃO DA EDL**

A ADRIMINHO, enquanto parceiro gestor do GAL, promoveu a realização dos trabalhos necessários à construção da EDL “Vale do Minho 2030”, tarefa em que contou com a colaboração ativa dos parceiros. A construção participada da EDL e a preparação da presente candidatura tiveram por base:

- Os resultados alcançados com a implementação da EDL 2014-2020, patentes na avaliação intercalar (realizada no 1º trimestre de 2019) e na avaliação final da sua execução;
- Os contributos obtidos através da participação e envolvimento ativo dos atores locais (municípios, promotores de projetos, comunidade local, etc.) num conjunto de jornadas técnicas promovidas no 2º semestre de 2023 tendo em vista a construção da EDL e que foram dinamizadas pela ADRIMINHO em cada um dos 6 concelhos que fazem parte do TI (Valença – 07/07 | 11 pax; Vila Nova de Cerveira – 13/07– 10h30 | 30 pax; Melgaço – 13/07 – 15h00 | 10 pax; Caminha – 14/07 – 10h30 | 26 pax; Paredes de Coura – 14h30m | 11 pax; Monção – 17/07 – 14h30m | 11 pax). Estas jornadas promoveram uma reflexão orientada para debater a visão de futuro e desafios do Vale do Minho e obter contributos para a construção da EDL Vale do Minho 2030 e respetivas linhas de trabalho/financiamento.
- Os contributos obtidos através da auscultação dos atores locais mediante a aplicação de inquéritos por questionário online, divulgados via email e nas redes sociais da ADRIMINHO, destinados a três públicos-alvo em específico: i) promotores de projetos institucionais e empresariais apoiados no âmbito da EDL Vale do Minho 2014-2020, bem como as entidades pública e privadas que integram a parceria; ii) Juntas de Freguesia do TI e iii) comunidade e população em geral residente e/ou a exercer funções no território do Vale do Minho;
- A apresentação, discussão e validação da EDL Vale do Minho 2030 realizada no âmbito das reuniões de direção e assembleia parceiros;

- De assinalar, ainda, os contactos informais que foram estabelecidos com todos os membros da parceria no sentido de explicitar a proposta de EDL e recolher contributos específicos na(s) respetiva(s) área(s) de atuação.

Submete-se, como “outro documento”, uma explanação, em forma de evidencia, das sessões de trabalho realizadas em torno da elaboração da EDL para o período 2023-2027.

## 7. ARTICULAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

Perspetivar o desenvolvimento das comunidades rurais no horizonte temporal de 2030 implica debruçar-nos sobre os documentos estratégicos que irão influenciar a política nacional e comunitária neste domínio, bem como a afetação de recursos disponíveis, nomeadamente de instrumentos de ordem financeira destinados a apoiar investimentos de natureza pública e privada, assegurando a coerência, o contributo e a articulação indispensável entre os objetivos estratégicos propostos para a EDL Vale do Minho 2030 e a Estratégia Regional Norte 2030, a Estratégia de Eficiência Coletiva RIS3 e a Estratégia sub-regional Alto Minho 2030.

O quadro abaixo assegura e evidencia a necessária articulação, alinhamento e coerência da EDL Vale do Minho 2030 com as Estratégias regionais (Norte 2030 e Estratégia de Especialização Inteligente) e Subregional Alto Minho 2030.

| Estratégia Regional Norte 2030                                          |                                                                                                 | OE Vale do Minho 2030 |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|
|                                                                         |                                                                                                 | 1.1                   | 1.2 | 1.3 | 1.4 | 2.1 | 2.2 | 2.3 | 2.4 | 3.1 | 3.2 | 3.3 | 4.1 | 4.2 | 4.3 | 4.4 | 4.5 |  |
| OE Norte 2030                                                           | OE1-Intensificação tecnológica da base produtiva regional                                       | ***                   | **  | **  | *** | *   | *   | *** | **  |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | OE2-Valorização de ativos e recursos intensivos em território                                   |                       | *** |     |     | *** | *   | *** | **  | *   | *** | **  | *   |     | *** |     |     |  |
|                                                                         | OE3-Melhoria do posicionamento competitivo à escala global                                      | ***                   | **  | *** | *** | *   |     | **  | *   | **  |     | *   |     | *   | *   | *   |     |  |
|                                                                         | OE4-Consolidação sustentável do sistema urbano policêntrico                                     |                       |     |     |     | *   | **  | *   | *   | *   |     | **  | *** | *** | *   | **  | *** |  |
|                                                                         | OE5-Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo                                  | **                    | *** | **  | **  | **  | *   | *** | *   | **  | *   | *** | *   | *   | **  | **  |     |  |
| OG Norte 2030                                                           | OT1-Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da população                 | **                    | **  | **  | **  | *   | **  | *** | *   | *   | *   | **  |     |     | *   | **  |     |  |
|                                                                         | OT2-Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade            |                       |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     | *** |     |     | *** |  |
|                                                                         | OT3-Eficácia e eficiência do modelo de governação regional                                      |                       |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     | *** |     | *   | *** |  |
| Estratégia Alto Minho 2030 (Prioridades e objetivos específicos)        |                                                                                                 |                       |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
| Competitividade                                                         | 1.1-Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva                      | *                     | *** | *   | *   | *** | **  | **  | **  | *   | *** | **  |     |     | *   |     |     |  |
|                                                                         | 1.2-Articular a base competitiva regional e setorial                                            | *                     |     | *** | *   |     |     |     |     | *   |     | *   |     |     |     |     |     |  |
| Atratividade                                                            | 2.1-Estruturar produtos de localização residencial                                              |                       |     |     |     | *   | *   |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | 2.2-Estruturar produtos turísticos                                                              |                       |     |     |     |     |     |     |     | **  | *** | **  |     |     | **  |     |     |  |
|                                                                         | 2.3-Estruturar produtos de localização empresarial                                              |                       |     | *** |     | *   | *   | **  | *   |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
| Conetividade                                                            | 3.1-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas                |                       |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     | **  | *   |  |
|                                                                         | 3.2-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens                   |                       |     | *   | **  |     |     |     |     | **  |     |     |     |     | *   |     |     |  |
|                                                                         | 3.3-Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos              | *                     |     | **  | *   |     | *   | *   |     | *   |     | *   |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | 3.4-Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas |                       |     | *** |     | **  |     | *   | *** |     | **  |     |     |     |     |     |     |  |
| Resiliência                                                             | 4.1-Promover a resiliência por via da sustentabilidade                                          | **                    | *** |     | **  | *   | *** | *   | *   |     | *** | *   |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | 4.2-Promover a resiliência por via da coesão                                                    |                       |     | *** |     | **  | **  | *   | *** |     | **  |     |     | *** |     | **  | *** |  |
|                                                                         | 4.3-Promover a resiliência por via da competitividade                                           | ***                   | *** | **  | *** | *   | *   | **  | *   |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
| Estratégia de Especialização Inteligente (RIS 3)                        |                                                                                                 |                       |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
| Domínios Prioritários RIS 3<br>Estratégia de especialização Inteligente | Criatividade, Moda e Habitats                                                                   |                       | *   | *   | *   |     |     |     |     |     |     |     | *   | *   | **  | *   | *   |  |
|                                                                         | Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico                                                | *                     | **  | *   | **  |     |     | *   | *   |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | Sistemas Agroambientais e Alimentação                                                           | ***                   | **  | *** | *** | *** | *** | **  | *** | *   | *   |     |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | Mobilidade Sustentável e Transição Energética                                                   | **                    | *   | *   | *** | *   | **  | *** | *   | **  | *   |     |     | **  |     |     | *   |  |
|                                                                         | Ciências da Vida e Saúde                                                                        |                       |     |     |     |     | *   |     |     |     | *   |     |     | *   |     |     | *   |  |
|                                                                         | Ativos Territoriais e Serviços do Turismo                                                       |                       |     |     |     | *   | *   |     |     | *** | *** | *** | *   | *   | *** | *   | *   |  |
|                                                                         | Recursos e Economia do Mar                                                                      |                       |     |     |     | *   | *   |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |  |
|                                                                         | Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade                                                       | *                     |     |     | *   |     |     | **  |     |     |     |     |     | *** |     | *   | **  |  |

Legenda: \*\*\*Articulação forte \*\* Articulação relevante \* Articulação moderado ou indireto

## 8. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA EDL

O quadro apresenta a ponderação para a alocação de verbas FEADER por enfoque e relativamente a cada um dos indicadores de resultado que se espera concretizar com a implementação da EDL.

Considerando as áreas de intervenção da EDL Vale do Minho 2030, o quadro seguinte a ponderação de mobilização no âmbito do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico a definir de forma assertiva, estabelecendo, para tal, o peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir.

| RESULTADOS ESPERADOS/ENFOQUES                                                                                                                                                                                                                                     | #1 | #2 | #3  | #4  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----|-----|-----|
| R.37-Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC                                                                                                                                                                 | 5% | 5% | 8%  |     |
| R.39-Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC                                                                                                                       | 5% | 5% | 15% |     |
| R.40-Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas                                                                                                                                                               |    |    |     | 10% |
| R.41-Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC                                                                                                                             |    |    |     | 10% |
| R.42-Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados                                                                                                                                                            |    |    |     | 5%  |
| R.9-Modernização das explorações agrícolas: Nº explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos                                                              | 5% | 5% |     |     |
| R.10-Melhor organização da cadeia de abastecimento: Nº de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC; | 5% | 5% |     |     |
| R.15-Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW)                                                         | 5% | 5% |     |     |
| R.17-Solo florestado: Área apoiada para fins de florestação, agrossilvicultura e restauração, com respetiva repartição                                                                                                                                            | 1% |    |     |     |
| R.18-Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal                                                                                                                                          | 1% |    |     |     |

## 9. PLANO DE AÇÃO

Como contributo para a estruturação do Plano de Ação, a elaborar no âmbito da 2.ª Fase deste processo, elencam-se abaixo um conjunto de medidas de apoio previstas no PEPAC suscetíveis de implementação para dar resposta aos objetivos da EDL Vale do Minho 2030, necessidades e indicadores de resultados a atingir.

| ENFOQUE                                                                                      | AÇÃO<br>(Medidas suscetíveis de implementação para dar resposta aos objetivos da EDL)                                                          | Objetivos/Resultados         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| #1-Desenvolvimento da agricultura, floresta e da produção animal sustentáveis                | Investimentos na Exploração Agrícola                                                                                                           | R.9; R.15; R.37; R.39        |
|                                                                                              | Silvicultura Sustentável                                                                                                                       | R.15; R.17; R.18; R.37; R.39 |
|                                                                                              | Promoção de Produtos de Qualidade                                                                                                              | R.10; R.37; R.39             |
|                                                                                              | Reestruturação e conversão de vinhas (Biológica)                                                                                               | R.9; R.15; R.37              |
|                                                                                              | Criação de pontos de venda diretos e e-commerce de produtos agrícolas e agroalimentares                                                        | R.10; R.37; R.39;            |
|                                                                                              | Investimentos na gestão florestal                                                                                                              | R.15; R.17; R.18; R.37; R.39 |
|                                                                                              | Capacitação e qualificação dos empresários agrícolas                                                                                           | R.37; R.39                   |
| #2-Bio economia Circular (Plano Desenvolvimento produções locais e sistemas agroalimentares) | Investimentos na Bio economia circular de base agrícola                                                                                        | R.15; R.37; R.39             |
|                                                                                              | Inovação e desenvolvimento no âmbito dos sistemas agroalimentares;                                                                             | R.9; R.10; R.37; R.39        |
|                                                                                              | Cadeias curtas de comercialização                                                                                                              | R.10; R.39                   |
|                                                                                              | Promoção de redes de disseminação de conhecimento, com vista ao estímulo de práticas circulares, em articulação com o SCTN;                    | R.9; R.39                    |
|                                                                                              | Transformação de produtos agrícolas, mitigando o desperdício alimentar                                                                         | R.9; R.10; R.37              |
| #3-Turismo, enogastronomia, artesanato e comércio local                                      | Diversificação da atividade agrícola, intra e extraexploração                                                                                  | R.37; R.39                   |
|                                                                                              | Qualificação do turismo em espaço rural                                                                                                        | R.37; R.39                   |
|                                                                                              | Melhoria da oferta de animação turística                                                                                                       | R.37; R.39                   |
|                                                                                              | Criação de roteiros para a valorização da experiência turística assente no património natural e cultural;                                      | R.37; R.39                   |
|                                                                                              | Apoio ao empreendedorismo de base rural                                                                                                        | R.37; R.39                   |
|                                                                                              | Incentivar a competitividade empresarial, através da inovação e da incorporação de práticas digitais                                           | R.37; R.39                   |
| #4-Qualidade de vida nas comunidades rurais (Planos Aldeias do Alto Minho)                   | Regeneração e reabilitação das aldeias tendo em vista dar resposta à tripla transição energética, climática e digital                          | R.40; R.41; R42              |
|                                                                                              | Valorização o património cultural, e material e imaterial, único e inimitável dos territórios rurais                                           | R.40; R.41; R42              |
|                                                                                              | Criação de condições e respostas adequadas para a instalação de novos residentes, e atividades                                                 | R.40; R.41; R42              |
|                                                                                              | Capacitação para a literacia e segurança digital                                                                                               | R.40; R.41; R42              |
|                                                                                              | Projetos inovadores e criativos, geradores de autoemprego, em particular de mulheres                                                           | R.40; R.41; R42              |
|                                                                                              | Iniciativas que promovam a igualdade e combatam a exclusão social, valorizando a diversidade e estimulando a cidadania e a participação ativa. | R.40; R.41; R42              |

A ADRIMINHO  
Valença, 10 de agosto de 2023